

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

alas espaciais com

afia no sentido amp

pos humanos que s

anos enraizados e

(do latim, *regio*) e

to variáveis. Os de

## História regional e local

Sobre a questão dos estudos regionais e da história local há abordagens mais gerais e introdutórias sobre os problemas metodológicos, como a de Luís Reis Torgal (1987), J. Amado Mendes (1990, alargado em 2000), Jorge Borges de Macedo (1993), de António Oliveira (1995 e 2000) e José Viriato Capela (1995), mas os trabalhos que pretendem fazer uma história da história são poucos e, em geral, de âmbito também regional ou abrangendo um período cronológico mais limitado do que a exigida pelo dicionário. Compreende-se: o levantamento de fontes e a sua análise é um trabalho vastíssimo e requer a constituição de uma equipa que utilize os recursos informáticos para se poder realizar um estudo abrangente que nos permita estabelecer: (i) uma tipologia e um quadro diacrónico das transformações e mudanças verificadas no período considerado; (ii) as condições de produção e de publicação dos textos (artigos ou obras de maior vulto); (iii) a caracterização sociológica dos produtores das histórias regionais e locais; (iv) as relações entre estas abordagens de escala espacial mais reduzida e a história nacional ou mesmo transnacional. Por isso, a nossa ambição é somente a de traçar um quadro geral sucinto de aspetos que nos parecem marcantes para se compreender a forma como a história foi ganhando uma dimensão própria, no âmbito dos estudos regionais e locais. Para o efeito, foi indispensável o recurso às fontes primárias e aos métodos críticos, a abordagem diacrónica dos factos, acompanhados por maior rigor e objetividade das narrativas, mas sem deixar de dialogar com as outras ciências sociais, em particular a geografia humana e a etnografia/antropologia, no afã de reconstruir o passado dos agrupamentos humanos a uma escala infranacional.

Antes de mais, importa definir conceitos e as escalas espaciais com as quais se opera na história regional e local. Entende-se a historiografia no sentido amplo, como a arte de narrar o passado e de construir a memória dos grupos humanos que são o sujeito dele. Trata-se da história e da memória de grupos humanos enraizados em espaços infranacionais. O espaço de maior dimensão é a região (do latim, *regio*) e refere-se a uma área delimitada segundo critérios que podem ser muito variáveis. Os debates sobre a divisão regional são inúmeros e envolvem os especialistas, mormente geógrafos e economistas, mas sobretudo mobilizam fortes interesses políticos no centro do poder e nas periferias. No que à história regional diz respeito, geralmente a antiga divisão provincial é aquela que se revela mais conforme com este tipo de estudos. Nos *Subsídios para a bibliografia da história Local portuguesa* (1933), o arquivista da



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Biblioteca Nacional, A. Mesquita de Figueiredo, organiza a apresentação das publicações por seis províncias: Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beiras, Estremadura, Alentejo e Algarve. Os arquipélagos dos Açores e da Madeira não foram incluídos no plano da obra. Dentro de cada província, apresenta as “monografias locais” por ordem alfabética das povoações. Não é por acaso que esta obra está assim organizada. A congénere anterior, escrita por Brito Aranha para a exposição de Paris de 1900, faz uma apresentação mais descritiva, tomando como referência as cidades, as vilas e lugares, os monumentos, as instituições, os usos e costumes, etc. Nesse contexto, algumas publicações que se referem a determinadas províncias são indicadas, sobressaindo de imediato o Algarve e o Alentejo. A província não é esquecida, mas não estrutura a apresentação da obra. A mudança que se verificou, entretanto, foi a emergência do regionalismo no debate político e cultural, sobretudo nos anos 20 e 30, do século passado. Contudo, a província não teve grande expressão político-administrativa e, de um ponto de vista da produção historiográfica, o grosso da produção dos estudiosos é do foro mais local do que regional.

Como refere L. Fernández Prieto, “o espaço de análise histórica é sempre um território para a lexitimación: local, comarcal, rexional, nacional, estatal, europeu...” («Historia local, nacional e transnacional» In Maia. História Regional e local, 1999, p. 102). Ora, as províncias pelo facto de não serem entidades com uma expressão político-administrativa que se tivesse enraizado no território português não conseguiram suscitar a atenção que foi transferida para os concelhos e para o municipalismo. A tradição remonta ao próprio A. Herculano, como é sobejamente conhecido. Nos arquipélagos, foi a ilha que mais mobilizou o interesse dos estudiosos, apesar dos concelhos e das outras circunscrições administrativas não serem esquecidas. Por sua vez, o distrito, circunscrição administrativa criada em 1835, também não concitava o entusiasmo dos investigadores, tratando-se de uma unidade administrativa geralmente considerada artificial, mais um braço do poder central nas regiões do que uma realidade com significado para a identificação das populações. Finalmente, na base da escala espacial estão os territórios mais diminutos, as paróquias, posteriormente designadas freguesias, as cidades e vilas, os lugares. O local refere-se a uma parte delimitada de um território mais vasto que tem de ser construído enquanto objeto de estudo. O mesmo se pode dizer de outras escalas de análise espacial, cujo significado histórico-cultural depende, naturalmente, de fatores emocionais, de laços afetivos que se tecem através da relação com esse território e com a sua gente. Por razões óbvias, a maior parte dos estudos refere-se a espaços vividos, espaços de sociabilidade e de proximidade entre as populações que têm neles as suas raízes e vivências. Assim se explica que neste género historiográfico tivessem um papel muito importante curiosos, amadores e figuras das elites cultas locais que se distinguiam na vida pública das suas regiões e localidades.

## **O século XIX e os antecedentes**

Podemos remontar os estudos regionais e o interesse pela história local ao século XVI. Basta recordar as *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, a *Descrição da cidade de Lisboa*, de Damião de Góis, ou a *História da Antiguidade da cidade de Évora*, de mestre André de Resende. Contudo, foi no século XVIII que,



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

sob o influxo do desenvolvimento das academias, a atenção ao estudo das regiões e localidades se começou a desenvolver. Na base desse interesse estiveram fatores políticos e culturais. Os primeiros prendiam-se com o conhecimento do território e das suas gentes que era fundamental para o Estado moderno poder constituir-se e operar sobre todo o país, o que propiciou o desenvolvimento das corografias, das topografias, da “estadística”, de descrições e memórias que permitiam ir conhecendo o reino. Os segundos relacionavam-se com o contexto cultural do humanismo e do iluminismo que desencadeou um interesse novo pelo desenvolvimento do conhecimento nos vários ramos do saber e, em particular, em tudo que se referia à vida das nações e das suas várias partes, ao passado e às próprias origens. Deste modo, a Academia Real de História (1720) patrocinou várias topografias e pelo menos uma *Historia de Santarem*, de Ignacio da Piedade e Vasconcelos (1740, 2 tomos). A Academia Real das Ciências (1779) não deixou de contemplar nas várias memórias que foram publicadas – económicas, da agricultura e históricas – diferentes regiões e terras de Portugal.

Nas primeiras décadas do século XIX, num contexto particularmente adverso devido às invasões francesas e às guerras civis, a abordagem corográfica, estatística e topográfica mantém grande importância no quadro dos estudos regionais, o que se irá prolongar ao longo da centúria. Podemos referir como exemplo desse tipo de estudos a publicação a *Memoria estadística sobre o concelho de Lafões*, de Joaquim Baptista (1823) ou a *Corografia ou memoria economica, estadística, e topografica do reino do Algarve*, João Baptista da Silva Lopes (1841). Contudo, a história e a geografia vão permeando mais esses estudos e enriquecendo-os com novos elementos. Um bom exemplo disso é a obra de Henriques Seco, professor da Universidade de Coimbra, *Memoria historico-chorographica dos diversos concelhos do districto administrativo de Coimbra* (1853).

Uma parte dessas obras de cariz descritivo assume a forma de dicionários, seguindo o exemplo do padre Luís Cardoso, *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, (...) dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas* (1747-1751). Entre todas podemos referir o *Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatístico, chorographico (...) de Portugal e de grande numero de aldeias*, de Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal (1873-1890), uma obra monumental em doze volumes, organizada por ordem alfabética dos nomes de cidades, vilas e freguesias de Portugal com uma informação desigual sobre o respetivo património construído, efemérides e figuras notáveis, bem como elementos de genealogia e heráldica. Nos Açores, Gabriel de Almeida publicou, já para o final do século, o *Diccionario historico-geographico dos Açores* (1893). Além das descrições mais ou menos minuciosas do território de tipo corográfico e geográfico, com apontamentos históricos, um género que dominou o panorama das publicações sobre as regiões e as localidades foi os relatos de pendor literário, o qual teve nas *Viagens na minha terra*, de Almeida Garrett, uma fonte de inspiração (1846). O olhar sobre a diversidade das paisagens e da gente, o pitoresco e os edifícios e monumentos pontuam essas narrativas, por vezes bastante ligeiras, que não descaram também a nota sobre as antiguidades locais e o registo histórico. Este tipo de obras desenvolveu-



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

se com o progresso dos transportes e comunicações, sobretudo com o caminho-de-ferro, e com o turismo, dando origem aos guias e roteiros de Portugal e das diversas regiões. Alguns exemplares sugestivos: *Cintra pinturesca, ou memoria descritiva da Villa de Cintra, Collares, e seus arredores....*, do visconde de Juromenha (1838); *O Minho pittoresco*, de José Augusto Vieira (1886); a coleção *Portugal Pittoresco e Illustrado*, de Alfredo Mesquita, onde se destaca Lisboa, com quatrocentas gravuras (1903); os vários trabalhos de Alberto Pimentel, nomeadamente o guia do viajante na cidade do Porto e seus arrabaldes (1877) e *O Porto por fora e por dentro* (1878). Em 1924, a Biblioteca Nacional publicou o *Guia de Portugal*, dirigido por Raul Proença, posteriormente prosseguido pela Fundação Calouste Gulbenkian, que é um monumento do género histórico-geográfico e descritivo do país.

Outro tipo de estudos assume um carácter mais histórico e de repositórios de factos relevantes para as memórias locais, compilando informação de diversa índole sobre os sucessos, as figuras, o património, em especial os monumentos artísticos e religiosos, a que se juntavam lendas e narrativas diversas. Numa primeira fase, a base documental desses escritos é rudimentar e baseiam-se muito nas observações e nos testemunhos, em registos que a memória de alguns notáveis locais e as populações foram conservando ao longo de gerações. Os arquivos públicos eram raros, mal apetrechados e ainda pior organizados. Além disso, as ferramentas metodológicas e críticas dos estudiosos revelam-se parcas e a penetração de ideias que valorizavam as fontes e o trabalho arquivístico aturado, minucioso, defendidas com veemência por A. Herculano e por outros autores eruditos antes dele, não encontravam condições para se expandir entre os cultores da história local. De certo modo representativas desse tipo de história são as obras do olissipógrafo Júlio de Castilho (1840-1919) sobre *Lisboa Antiga* (Bairro Alto – 1879; Bairros Orientais – 1884-1890). Porém, o caminho vai sendo feito no sentido de uma história mais objetiva e a publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica* (1º vol., 1856) não só traz documentos com interesse para a história local, mas também fornece um bom exemplo. A obra dirigida por A. Herculano vem na linha de trabalhos de académicos eruditos que pugnaram pela salvaguarda e divulgação dos documentos, como Bernardino J. de Sena Freitas que tinha publicado uma *Collecção de memorias e documentos para a historia do Algarve* (1846) e foi depois incumbido pela Academia Real das Ciências de organizar os arquivos nas ilhas de S. Miguel e Terceira. Na sequência desse trabalho deu à estampa uma *Memoria Historica sobre o Intentado Descobrimto de uma Suposta Ilha ao Norte da Terceira nos anos de 1649 e 1770* (1845). A valorização dos documentos aprofundou-se ainda com a divulgação em Portugal das correntes historiográficas da chamada “escola metódica” ou “positiva” e, no último quartel do século XIX, surgiram valiosas coletâneas documentais e histórias locais com preocupação crítica e de objetividade. Entre as publicações documentais refira-se o *Archivo dos Açores* (12 vol, 1878-1892), dirigido por Ernesto do Canto e publicado em fascículos, os *Documentos historicos da cidade de Évora* (1885-1891), organizados pelo arquivista Gabriel Pereira, e os *Elementos para a história do município de Lisboa* (15 vol., 1882-1911), efetuados por Eduardo Freire de Oliveira que também desempenhava o mesmo ofício na Câmara Municipal. No domínio dos estudos pode destacar-se: *Viana do Castelo: Esboço histórico* (1878), de Luís de Figueiredo da Guerra, em que combina



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

o conhecimento de autores clássicos com o conhecimento de crónicas e tratados medievais e modernos e o domínio de documentos epigráficos, arqueológicos e documentais, existentes em cartórios e arquivos públicos e privados. No ano anterior, Alberto Pimentel publicara a *Memoria sobre a historia e administração do Municipio de Setúbal* (1877), que reúne variadíssima informação sobre a cidade e o concelho, com um valioso suporte documental. Também exemplar deste tipo de trabalhos mais eruditos e fundados nas fontes históricas são os *Estudos Eborenses*, de Gabriel Pereira, publicados em fascículos temáticos entre 1884-1894.

O século XIX distingue-se, por conseguinte, pela expansão dos estudos históricos e, no caso em apreço, pela valorização da história regional e local. Diversos autores, entre os quais dois nomes cimeiros da cultura oitocentista, A. Herculano e Oliveira Martins, tinham defendido em momentos distintos que o desenvolvimento da história local era fundamental para se poder fazer a história nacional. O último escreveu no prefácio a uma obra sobre Oliveira do Hospital (1893): “Considerarei sempre que um dos subsídios principaes para a historia geral do paiz consiste nas monographias locaes, onde se estuda a arqueologia e a historia, as biografias e as tradições, com os documentos á vista e á mão dos archivos municipaes e particulares.” Refere a propósito a portaria de 8 de novembro de 1847 que tinha instado as Câmaras Municipais a manter um registo anual dos principais acontecimentos da vida do concelho, “cuja memoria seja digna de conservar-se”, devendo para o efeito nomear uma comissão composta por vereadores ou vogais do Conselho Municipal mais aptos. Em tempos de elevados níveis de analfabetismo, os resultados foram modestos e o abade de Tagilde refere que somente conhece onze concelhos onde alguns trabalhos se fizeram na sequência dessa providência governamental. Nos Açores, a obra *Anais do Município das Lajes das Flores*, iniciada por João Augusto da Silveira e continuada pelo neto homónimo, é um exemplo desse tipo de trabalhos. O próprio Oliveira Martins, no prefácio referido, citou a propósito a obra do padre António de Macedo e Silva, *Annaes do municipio de Sanct-Yago de Cassem desde remotas eras até ao anno de 1853* (1866), como exemplo de uma publicação produzida na sequência dessa medida do governo. Uma circular datada de 1854, já em plena Regeneração, assinada por Rodrigo da Fonseca Magalhães ordenava ao governador-civil de Lisboa que declarasse qual o cumprimento se tinha dado à portaria de 1847. O que mostra bem que a determinação não tinha sido aplicada na capital. É certo que outros municípios do litoral veriam as suas monografias locais publicadas nesses meados de Oitocentos, casos de Óbidos e Cadaval, ambos em edições datadas de 1856. Sintra tinha sido precursora em 1838, com a obra já referida. Mais para sul refira-se Beja (1847) e Sines (1850). No Centro, Coimbra e Castelo Branco (1853). No Norte, as Caldas de Vizela e das Taipas (1853 e 1854), ambas no concelho de Guimarães, e a Póvoa de Varzim (1851). Porém, na sua esmagadora maioria, as monografias locais publicadas em Portugal no século XIX são posteriores ao decénio de 1860 (vd., bibliografia de A. Santos Silva, 1995). Os seus autores eram apaixonados pela terra e pelos seus valores e não escondiam o orgulho de lhe pertencerem. À maneira romântica, viam no local a expressão mais genuína das raízes populares da identidade nacional. Não surpreende pois que muitas vezes estejamos perante narrativas apologéticas da pátria local ou, o que





# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

não é raro, exprimam um duplo patriotismo – local e nacional. Como sucedeu, numa outra escala e noutros contextos políticos em regiões espanholas como a Catalunha (J. Fradera cit. por J. Alvarez Junco, “Las historias de España”, in *História de Espana*, dir. J. Fontana e R. Villares, 2013, p.308).

Por sua vez, na Universidade de Coimbra, o professor José Frederico Laranjo propunha aos seus alunos que fizessem a história dos concelhos, segundo um esquema que contemplava capítulos sobre as origens e o desenvolvimento, a população, as indústrias, a Misericórdia, confrarias e estabelecimentos de beneficência, as associações e as instituições de crédito (Cit. *Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da história geral portuguesa*, 1926, p. 15). Daí resultaram pelo menos duas monografias publicadas, uma sobre o concelho de Serpa (José Maria da Graça Afreixo, 1884) e outra sobre Mesão-Frio (Álvaro Maria de Fornelos, 1886). Tudo se foi conjugando para uma ideia de monografia local que tipicamente devia englobar os múltiplos aspetos topográficos, geográficos, históricos, arqueológicos, económicos, artísticos e culturais que permitiam traçar um panorama do território e da vida das populações. Armando Malheiro da Silva fala de “monografia de tipo-contemporâneo”, caracterizada pela diversidade das abordagens em foco, mas também pelo “amor da terra e a apologia das suas virtudes” (“O Minho nas monografias (sécs. XIX-XX)”, 1991-92, p. 30). As obras mais bem conseguidas não dispensavam, naturalmente, a consulta de arquivos e a recolha de documentos para fundar as suas narrativas, no que à história dizia respeito. No âmbito dos estudos regionais oitocentistas e do seu progresso nas últimas décadas do século, não se pode esquecer os trabalhos de carácter etnográfico que então tiveram uma considerável expansão e vieram a interligar-se estreitamente com a história. Podemos remontar ao interesse romântico pelo estudo das tradições e costumes dos povos que foram, posteriormente, desenvolvidos no âmbito das concepções sociológicas positivistas, com destaque para a obra de Teófilo Braga (1843-1924) sobre *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições* (2 vols., 1885). No domínio da história da literatura foram publicadas recolhas e estudos sobre o cancioneiro popular e os contos tradicionais portugueses que resultavam de pesquisas feitas em diversas regiões do país. Em Lisboa, esta linha de investigação etnográfica viria a ter um grande desenvolvimento com Adolfo Coelho (1847-1919) e, sobretudo, J. Leite de Vasconcelos (1858-1941), e no norte do país com o grupo que se reuniu em torno da publicação de *Portugalia: materiaes para o estudo do povo portuguez*, Ricardo Severo, (1869-1940), Rocha Peixoto (1866-1909) e Artur da Fonseca Cardoso (1865-1912), entre outros. A referência aos aspetos etnográficos ganhou um renovado interesse e profundidade no final do século XIX. O efeito conjugado do desenvolvimento das ciências humanas e sociais e as tendências culturais da época, neorromânticas e nacionalistas, conjugou-se para que as gerações finiseculares viessem enriquecer os estudos em domínios como a etnografia, a antropologia, a filologia, a arqueologia e a história. Os frutos brotaram já no século XX. Não são também alheios ao desenvolvimento sociocultural do país, com o lento crescimento das classes médias, o progresso da educação, a expansão da imprensa regional e local e dos meios materiais suscetíveis de contribuir para que fosse possível produzir e publicar os trabalhos realizados. Os estudiosos locais eram muitas vezes padres, alguns bacharéis e autodidatas locais,



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

professores, advogados, médicos, funcionários públicos, que faziam parte do restrito círculo dos notáveis das terras. Nalgumas cidades tinha sido possível criar associações e sociedades culturais com publicações periódicas, onde iam dando à estampa os estudos (Instituto de Coimbra, 1852; Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 1881). As suas motivações são evidentes: o amor da terra, isto é, um patriotismo local bem arreigado que os desafia a escrever a sua história e memórias; a reivindicação da importância e valor da região ou localidade no contexto nacional, valorizando-se, inclusive, a forma como participaram nos grandes acontecimentos da vida da nação — a restauração, a luta contra as invasões francesas, a revolução liberal, etc.; o lamento em relação à incúria dos governos e dos serviços públicos em geral e a reclamação de melhoramentos indispensáveis para a terra, o que não deixa de aparecer em introduções e prefácios ou, na imprensa, a propósito da apresentação das obras. Os estudos regionais e locais contribuem, deste modo, para a construção de imaginários e identidades, mas também para legitimar reivindicações, propostas políticas e poderes de âmbito infranacional.

## O século XX

A expansão dos estudos regionais e locais no século XIX justificou a elaboração de bibliografias sobre o tema. Assim, em 1900, para a exposição universal de Paris, Brito Aranha publica a primeira bibliografia das obras portuguesas que podem servir para o estudo das cidades, vilas, monumentos, instituições, tradições e costumes, etc., de Portugal Continental, das Ilhas dos Açores e da Madeira e das Possessões Ultramarinas. Eduardo da Rocha Dias continuou esse trabalho em anos posteriores (1903-06, 1908) e o funcionário da Biblioteca Nacional, António Mesquita de Figueiredo, fez um trabalho mais completo, em 1933. Contudo, ambos se circunscreveram ao território do continente português. Ao nível local, distingue-se a *Bibliotheca Açoriana*, publicada pelo incansável Ernesto do Canto, em 1890, onde se incluíam obras nacionais e estrangeiras concernentes às ilhas dos Açores. Por outro lado, surgem também as primeiras reflexões em torno das metodologias e da organização, mais sistemática, dos estudos regionais e locais. Manuel da Silva, em 1913, na *Revista de História*, apresenta o *Schema d'história local*, numa linha de abordagem que contempla variados aspetos: a geologia, a antropologia física e o estudo das populações, a arqueologia, a etnografia, a legislação e a administração local, a estatística, a filologia, a literatura tradicional, as memórias e notícias locais, os documentos e arquivos, e por fim os monumentos e a arte. O ideal que se persegue é de estudos muito abrangentes que poderíamos classificar de globais, não fora o facto de se tratar na verdade de estudos fragmentários, onde se coligem materiais de diversa índole sem um quadro teórico que permita a sua integração em termos compreensivos. Mais de uma década passada, em 1925, P. M. Laranjo Coelho, apresenta num congresso luso-espanhol a sua análise sobre as *Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da história geral portuguesa* e incentiva os estudiosos a desenvolverem este tipo de investigação. A propósito traça um roteiro breve do desenvolvimento desse género de trabalhos em Portugal e propõe o seu próprio plano que deve abranger “os factos essenciais para o estudo de uma localidade nos seus aspectos geo-físico, histórico, económico e social.” (*Ob. Cit.*, p. 17-



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

20). Encontramos nele a mesma ambição global, agora com uma sistematização e um desenvolvimento mais elaborados. A geografia, a demografia, a etnografia, a arqueologia e a história, nas suas várias dimensões económica, político-administrativa, artística e cultural, combinam-se para traçar um quadro geral das regiões e localidades. Em 1934, numa lição proferida na Academia das Ciências, voltaria ao mesmo assunto, mostrando inclusive estar a par do que em França se fazia neste domínio (*Monografias Locais na Literatura Histórica Portuguesa*<sup>1935</sup>).

A preocupação com a recolha de informação para o conhecimento mais aprofundado da realidade do país tinha levado o ministro das obras públicas, comércio e indústria, António Alfredo Barjona de Freitas, a lançar um concurso anual de monografias das freguesias rurais, em 1909. O relatório em que o apresenta é explícito quanto aos objetivos que o orientam. Trata-se, afinal, de iniciar o tão necessário inquérito à vida económica e social da nação portuguesa a partir da unidade administrativa mais pequena e homogénea, com uma larga tradição histórica, que é a freguesia rural. No mesmo ano, a Universidade de Coimbra convidou o sociólogo Léon Poincard para proferir conferências sobre os métodos de estudos das pequenas comunidades então usados no âmbito da ciência social em França. Daí resultaria uma publicação de divulgação do chamado “método monográfico” e uma obra de L. Poincard, *Le Portugal Inconnu*, editada no boletim da sociedade internacional de ciência social, em 1910 (seria publicada tradução portuguesa em 1912). A descrição económica e a estatística demográfica já tinham, desde a segunda metade do século XIX, importância nos estudos regionais e locais, mas a abordagem sociológica e, através dela, os primeiros passos de uma história social, só no início do novo século começaram a ser seriamente considerados. Na ótica da valorização dos estudos regionais e locais, das primeiras décadas do século XX, deve ainda referir-se Fidelino de Figueiredo que foi um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos (1914). Professor, historiador e crítico literário, além de ensaísta, salientou a importância dos estudos históricos locais, chamando a atenção para a necessidade de serem publicados “volumes de documentos dos arquivos publicos e particulares, elaborados todos de acordo com um plano previamente estabelecido, quanto à maneira de extractar, de grupar e de classificar, de fazer os índices, etc.” (Cit. “O Minho nas Monografias (sécs. XIX-XX”, 1991-92, p. 34). Ao mesmo tempo, opina que quando houvesse suficientes estudos locais seria possível incluir nos programas do ensino primário a história da região ou da cidade ou vila da naturalidade em que a maioria da população acaba por passar a sua vida. Nesta ordem de ideias, viria a incluir a história local no programa do ensino secundário aprovado por um governo de Sidónio Pais, em 1918. Fidelino de Figueiredo fazia parte de uma geração em que o nacionalismo se compaginava com valores regionalistas e municipalistas. Não eram vistos como opostos ou conflituantes, mas como parte do processo de construção de uma ideia da nação que não podia excluir, naturalmente, as suas várias componentes. Ainda no campo da teoria e da metodologia é importante destacar a proposta que o professor Marcello Caetano fez aos seus estudantes da cadeira de Direito Administrativo para realizarem *Monografias sobre os Concelhos Portugueses* (1935). Claramente dominado pela preocupação didática apresenta instruções precisas sobre o modo como deveriam ser elaborados os trabalhos para terem valor académico,





# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

destacando “o método e clareza da exposição; a probidade das afirmações; o *escrúpulo* na documentação.” (o itálico é do próprio autor; p. 3). O plano pormenorizado que propõe desdobra-se em diversas perguntas, as quais através de uma criteriosa consulta da documentação e dos arquivos, permitiriam gizar uma história geral do concelho e um quadro da sua vida administrativa. Não dispensa, no final, a bibliografia com a indicação dos estudos e das coleções de documentos impressos pelas Câmaras Municipais. As bibliografias e as propostas metodológicas em relação ao estudo do local evidenciam que era sentida a necessidade de aprofundar em quantidade e em qualidade a produção deste tipo de investigações. De algum modo esse caminho foi sendo trilhado, se bem que de forma hesitante e com considerável atraso em relação ao que se passava noutros países europeus. Diversos fatores podem explicar esse facto, desde logo o fraco desenvolvimento do sistema de ensino superior em Portugal e o próprio contexto político-ideológico da ditadura e do Estado Novo. Assim sendo, de modo geral, pode dizer-se que é maior a continuidade com o tipo de estudos que se faziam no período oitocentista do que a inovação durante a primeira metade do século XX.

As publicações histórico-corográficas continuaram a merecer o interesse dos estudiosos e foi coligida mais informação proveitosa. Logo no início da centúria, assinala-se o *Novo Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular* (1902), de Francisco Cardoso de Azevedo, depois aperfeiçoado e reeditado. De maior envergadura foi a publicação de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal: dicionário histórico, chorográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico* (1904-1915, 7 vols.), com muita informação útil para a história local. Alguns anos mais tarde ainda é publicado o *Dicionário chorográfico de Portugal Continental e Insular* (1929-1949, 10 vols.), de Américo Costa. No campo das memórias eruditas, com recurso abundante aos arquivos e fontes documentais, saliente-se a obra de Francisco Manuel Alves, mais conhecido como Abade de Baçal: *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança* (11 vols., 1909-1932). A lenta organização dos arquivos, o aperfeiçoamento dos métodos de investigação sob os auspícios da já referida “escola metódica” ou “positiva” que, durante várias décadas, vai dominar os meios universitários portugueses possibilitou um certo desenvolvimento de estudos de maior erudição. Contudo, continuou a faltar a publicação sistemática de fontes primárias para o conjunto das regiões do país e os concelhos. Nesse aspeto, distinguiram-se o Gabinete de História da Cidade do Porto, criado em 1936, com a edição regular de *Documentos e memórias para a história do Porto* e o Gabinete de Estudos Olissiponenses, fundado em 1954, que iria desempenhar idêntico papel em Lisboa. Entre os investigadores que foram publicando fontes primárias para a história local podemos referir a título de exemplo: Artur de Magalhães Basto, no caso do Porto; Maria Teresa Campos Rodrigues, para Lisboa; António Baião, em relação às fontes para a história do Algarve; António Gomes da Rocha Madaíl, a propósito das informações paroquiais setecentistas sobre Coimbra e da documentação da cidade e do concelho de Aveiro; Manuel Monteiro Velho Arruda sobre os documentos relativos ao descobrimento dos Açores. Na verdade, trata-se de um trabalho indispensável para poder ser feita a história, apesar de o trabalho do historiador não se esgotar nisso, como referiu V. Magalhães Godinho (*Ensaio II. Sobre a*



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*História de Portugal*, 1978, p. 92).

As monografias ao modo tradicional do século XIX continuaram a ser comuns. Um exemplo sugestivo é os *Anais do município da Horta* (1943), de Marcelino Lima (1868?-1961). Funcionário público, autodidata com formação liceal e fazendo parte dum conjunto de intelectuais que enriqueceram o panorama cultural da ilha do Faial no final de oitocentos, veio a interessar-se pela história local e genealógica. Nos anais, ele faz uma história total do concelho da Horta, no contexto da ilha do Faial. Naturalmente, começa pelo descobrimento da ilha e o povoamento. Refere-se, de seguida, à “governança” no período moderno, referindo os donatários, capitães-mor, juizes de fora e corregedores. Depois, relata o estabelecimento do concelho e todos os aspetos relevantes da vida municipal, das finanças, administração, regulamentos e posturas, aos edifícios e múltiplas facetas da organização municipal. A cidade da Horta também merece um extenso capítulo, bem como as questões militares e políticas, destacando as figuras de maior relevo localmente. Não esquece a vida económica e social numa visão realmente abrangente e que toca uma multiplicidade de assuntos. Termina com um relato das “horas trágicas”, onde inclui incursões militares, cataclismos naturais e um levantamento popular de 1862. Neste extenso trabalho utiliza as crónicas, os estudos, os relatos da imprensa e as fontes impressas, em particular o *Arquivo dos Açores*, mas também fontes inéditas do Tombo da Câmara da Horta. De forma significativa, outro campo em que se distingue é o da genealogia, com a obra sobre *Famílias faialenses: subsídios para a história da ilha do Faial* (1922). Outro caso paradigmático de estudioso local é o micaelense Urbano de Mendonça Dias (1878-1951). Formou-se em Direito em Coimbra e desempenhou diversos cargos públicos na sua ilha. De feição monárquica e regionalista, o seu amor pela terra e pela atividade literária conduziu-o para a história, a ficção e o teatro. No terreno que nos ocupa, a sua vasta obra tem um pendor histórico-etnológico, bem patente em *A Vida de nossos avós* (1944-49, 9 vols.), mas não descarta a consulta dos arquivos e as fontes primárias para construir as narrativas. A diversidade de assuntos que focou nos seus trabalhos e a preciosa informação que conseguiu coligir tornam-no realmente importante para história dos Açores e da ilha de S. Miguel. Marcelino Lima e Mendonça Dias são, afinal, representativos de um tipo de estudioso da história local que vem na continuidade da linha historiográfica tradicional, herdada do século XIX: os temas selecionados, as formas de tratamento do material coligido, o interesse pelas genealogias e as figuras, o pendor etnográfico de alguns textos, a preocupação com o uso de documentos e o estilo narrativo evidenciam essa filiação na história liberal e romântica, temperada pela preocupação mais erudita pela consulta dos arquivos.

Numa linha inovadora destacou-se o estudo de Alberto Sampaio (1841-1908), *As "villas" do norte de Portugal*, que foi publicado ao longo de vários fascículos na revista *Portugalia: materiaes para o estudo do povo portuguez*, dirigida por Ricardo Severo, no Porto. Profundo conhecedor do mundo dos campos minhotos, desenvolveu um estudo de história económica e social para compreender as origens da forma de ocupação do solo própria daquela região do país, da organização da sociedade e do modo de vida das populações rurais. Para o efeito, remonta ao período romano e às transformações da alta idade média que, na sua interpretação, moldaram as características fundamentais da região. Publicada no início do século XX,



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

a obra permaneceria largo tempo com um exemplo isolado no contexto da produção historiográfica regional e local pelo pendor histórico-sociológico da abordagem e pela forma como integra ainda a geografia e a etnologia no quadro explicativo que vai tecendo sobre o povoamento e a organização do espaço rural do norte do país. Em dois outros campos científicos, os estudos regionais foram inovadores e muito produtivos, no período em apreço: o campo da etnografia e da geografia humana. Em ambos se nota, nas melhores obras e autores, uma preocupação com a origem e as transformações históricas das realidades observadas no presente. A referência histórica aparece nos trabalhos do antropólogo Jorge Dias (1907-1973) sobre o comunitarismo agrário e os instrumentos agrícolas, mas é essencial nos estudos do geógrafo Orlando Ribeiro (1911-1997), cujo exemplo frutificou numa linha de investigação sobre “Geografia Histórica, Regional e Local” no âmbito do Centro de Estudos Geográficos, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, fundado por ele no início dos anos 40. Refira-se a propósito os trabalhos de Raquel Soeiro de Brito, de António de Brum Ferreira e de Carlos Alberto Medeiros, dedicados a várias ilhas dos Açores. No que ao continente diz respeito pode citar-se o trabalho de Carminda Cavaco sobre a área oriental do Algarve e o de Maria Alfreda Cruz sobre a margam sul do estuário do Tejo. Na mesma linha interdisciplinar e histórico-geográfica prosseguiu Jorge Gaspar, nomeadamente no seu estudo sobre “Os portos fluviais do Tejo” (1970). Nos anos 60, foram surgindo em Portugal sinais de uma renovação dos estudos históricos regionais e locais sob o influxo dos trabalhos mais especializados realizados no âmbito académico. O melhor exemplo veio de fora com o trabalho inovador de Albert Silbert sobre a história agrária das regiões da Beira Baixa e do Alentejo, apresentado na Sorbonne, em 1963, nas provas de doutoramento (*Le Portugal méditerranéen à la fin de “Ancien Régime”*, 1966). Silbert segue de perto as lições teórico-metodológicas de Marc Bloch para o estudo das regiões rurais e tem a preocupação de comparar as paisagens agrárias portuguesas e os sistemas de cultivo com outros já estudados nos espaços europeu, africano e americano. No trabalho de pesquisa o historiador francês contou com o apoio de estudiosos locais, nomeadamente de José Ribeiro Cardoso que tinha dirigido a obra *Subsídios para a história regional da Beira Baixa*, patrocinada pela Junta Provincial da Beira Baixa, e integrada no vasto acervo de publicações do Duplo Centenário. Ainda do final dos anos 60, é a monografia de licenciatura de Joaquim Romero Magalhães que viria a ser publicada em 1970, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*. Sob a orientação de V. M. Godinho e a influência da historiografia francesa, a obra insere-se num quadro de renovação que viria posteriormente a dar os seus frutos. A história agrária e rural conheceria, no final da década de 70 e nas décadas seguintes do século XX, um importante surto e atualização científico-metodológica. Mas não só ela, a história em geral e, em especial, aquela que se dedica ao âmbito infranacional expandiu-se de uma forma extraordinária depois de 1974, em resultado da mudança política para a democracia e, sobretudo, fruto do desenvolvimento do ensino superior e da atribuição dos graus de mestrado e de doutoramento. Não foi também alheio ao fenómeno a evolução política das autarquias locais e dos regimes autonómicos nas ilhas atlânticas que disponibilizaram recursos que favoreceram a investigação e a publicação sobre a história regional e local.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Em suma, a historiografia nacional fez um caminho lento no sentido da renovação e da introdução de novas metodologias e problemáticas, sobretudo fora dos meios universitários que permaneciam avessos a mudanças. Porém, a história regional e local manteve-se muito agarrada a fórmulas tradicionais e, dadas as condições da sua produção maioritariamente da autoria de amadores e eruditos locais, só com a expansão do ensino superior e, sobretudo, com os trabalhos académicos de pós-graduação viria a beneficiar de uma significativa expansão e atualização. Importa referir que, já na década de 60, a história local tinha sido valorizada nos trabalhos finais das licenciaturas apresentados nas Faculdades de Letras, o que viria a constituir um incentivo para os licenciados, muitos dos quais professores do ensino secundário e técnicos de organismos regionais e locais, prosseguirem os estudos. A grande renovação da história regional e local viria, por conseguinte, a verificar-se nas últimas décadas do século XX, num contexto político mais favorável e no quadro da expansão do ensino superior que possibilitou a realização de provas académicas e de trabalhos com mais rigor e com ferramentas metodológicas e conceituais mais modernas.

## **Bibliografia:**

### Repertórios

ARANHA, P.W. Brito - *Bibliographie des ouvrages portugais, pour servir a l'étude des villes, des villages, des monuments, des institutions, des moeurs et coutumes, etc., du Portugal, Açores, Madère et possessions d'outremer*. Lisbonne: Imprimerie Nationale, 1900; CANTO, Ernesto do - *Bibliotheca Açoriana: noticia bibliographica das obras impressas e manuscriptas nacionaes e estrangeiras, concernentes às ilhas dos Açores*, Ponta Delgada: s.n., 1890-1900; DIAS, Eduardo da Rocha - *Monographias e outras obras referentes a varias localidades e monumentos do continente de Portugal: breve indicação*. Lisboa: Casa da Moeda, 1908; FIGUEIREDO, A. Mesquita de - *Subsídios para a bibliografia da história Local portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1933; LAUTENSACH, Hermann (prep.); FEIO, Mariano (adaptação e complemento) – *Bibliografia geográfica de Portugal*. Lisboa: Centro Est. Geográficos. Instituto para a Alta Cultura, 1948-1982, 2 vol.; LIMA, Durval Pires de – *Bibliografia corográfica de Portugal*. (A-L e M-V), 2 tomos. Lisboa: Biblioteca Popular de Lisboa, 1962-1964 e 2 suplementos (A-J e L-V), Lisboa: Biblioteca Popular de Lisboa, 1968-69; LOUREIRO, José Pinto – *Bibliografia Coimbrã*. Coimbra: Câmara Municipal 1964; PEREIRA, Benjamim Enes – *Bibliografia analítica de etnografia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1965; *Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa (1974-1994)*. Coimbra: Fac. de Letras de Coimbra, 1995.

### Metodologias, problemas e análises críticas

ALARCÃO, Jorge de - *Introdução ao estudo da história e do património locais*. Coimbra: Instituto de Arqueologia, Fac. de Letras, 1988; ALVAREZ JUNCO, Jose “Las historias de España”, in *História de Espana*, dir. J. Fontana e R. Villares, Madrid, M. Pons, 2013; BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drummond – “Poder local e historiografia universitária sobre temáticas regionais (1974-2000)”. In *O poder local em tempo*



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*de globalização uma história e um futuro*. Fernando Taveira (coord.). Viseu: Palimage, 2005, p. 171- 192; CAETANO, Marcello. *Monografias sobre os concelhos portugueses*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, 1935; CAPELA, José Viriato – “História municipal, história local e história nacional. Notas para um projecto de estudo”. In *Estudos de homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*. Lisboa: Edições Colibri, 1995, p. 721-729; COELHO, Maria Helena da Cruz, “Balanço sobre a história rural produzida em Portugal nas últimas décadas”. In *a Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, p. 23-40; COELHO, P. M. Laranjo – *Monografias Locais na Literatura Histórica Portuguesa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1935; COELHO, P. M. Laranjo – *Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da história geral portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926; ESTÊVÃO, João Nunes, “Reconstituição histórica de comunidades locais (séc. XVII-XX)”. In 2º Congresso Histórico de Guimarães, Actas, vol.7, Guimarães: Câmara Municipal, 1996, p. 470-571; FERNÁNDEZ PRIETO, L. – “Historia local, nacional e transnacional”. In *Maia. História Regional e local*. I. Actas do Congresso. Maia: Câmara Municipal da Maia, 1999; JOÃO, Maria Isabel – “Região, Nação e Historiografia Local: O caso dos Açores”. *Historiografia e memórias (Séculos XIX e XXI)*. Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João (orgs.). Lisboa: Centro de História da FLUL/CEMRI da UAb, 2012; MACEDO, Jorge Borges de – “Unidade e diversidade de situação nas áreas regionais em Portugal. Consequências metodológicas”. *Primeiras Jornadas de História Regional e Local*. Lisboa: Colibri, 1993, p. 11-33; MARQUES, Oliveira A. H. de – *Ensaios de historiografia portuguesa*. Lisboa: Palas Editores Lda., 1988; MATOS, Álvaro e RASGA, Raul (coord.). *Primeiras jornadas de história local e regional*. Lisboa: Colibri, 1993; MATOS, Sérgio Campos – “História nacional e história local no Portugal oitocentista”. In *Turres Veteras III. Actas de História Contemporânea*. S.L: Câmara Municipal de Torres Vedras, [2001]; MENDES, J. Amado – “História local e memórias: do Estado-Nação à globalização”. *Revista Portuguesa de História*. T. XXXIV, 2000, p. 349-368; NETO, Margarida Sobral - “Percurso da história local portuguesa”. In *Memória e História Local*. Colóquio Internacional realizado em Idanha-a-Nova, João Marinho dos Santos e António Silveira Catana (coord.). Coimbra: Palimage, 2010; NETO, M. S. – “Historiografia Rural Portuguesa”, *Studia Historica. Historia Moderna*, 29, 2007, pp. 251-275; OLIVEIRA, António – “Das história das pátrias à história local”. In *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, p. 11-22; OLIVEIRA, António – “Problemática da história local” In *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX*. Actas do colóquio realizado nas ilhas do Faial e Pico de 10 a 13 de Maio de 1993. Hora: Núcleo Cultural da Horta, 1995, p. 11-29; PEREIRA, António dos Santos – “Historiografia do interior beirão: notas do passado e projetos do presente”. In *Maia. História Regional e local*. II. Actas do Congresso. Maia: Câmara Municipal da Maia, 1999, p. 175-186; POINSARD, Léon - *O estudo dos agrupamentos sociaes pelo methodo monographico segundo F. Le Play e H. de Tourville: noticia seguida do quadro de classificação dos factos sociaes de H. de Tourville e dum ensaio de classificação das sociedades segundo Demolins*. Coimbra: Imprensa Academica, 1909; SILVA, Armando B. Malheiro da – “O Minho nas Monografias (sécs. XIX-XX). Notas para uma revisão sistemática dos estudos locais”. *Bracara*



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*Augusta*. Revista Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga, nº. 94-95, 1991/92, p. 27-96; SILVA, Augusto Santos – “Os lugares vistos de dentro: estudos e estudiosos locais do século XIX português”. *Revista Lusitana* (Nova série). 13-14, 1995, p. 69-95; SILVA, Manuel da - “Schema d’historia local”. *Revista de História* II, Lisboa, 1913, p. 182-183; TEIXEIRA, Manuel C. - “A História Urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes”. *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993 (2º), p. 371-390; TENGARRINHA, José – “Historiografia dos estudos históricos locais”. In *Perspectivas de historia local: Galicia y Portugal*. Joseba Agirreazkuenaga, Mikel Urquijo (eds.). Bilbao: Universidad del País Vasco, 1996, p. 29-48; TORGAL, Luís Reis – “História... Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da história regional e local.” *Revista da História das Ideias*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1987.

Maria Isabel João



APOIOS:

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

**BNP** BIBLIOTECA  
NACIONAL  
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO  
LUSO-AMERICANA